Ata da Primeira Reunião Extraordinária do Quarto Período de Reuniões da Câmara Municipal de Ibaiti, da Sessão Legislativa de mil novecentos e noventa e dois. Do primeiro dia do mês de abril do ano em curso reuniram-se extraordinariamente na Sala de Reuniões, os Vereadores: Ermírio Mendes de Siqueira - Presidente, Jair Costa - 2º Secretário, Daniel Costa, Ana Nogueira Reis, Sylvio Fontes, Eduardo Luiz Maroni, Evandro Castanheira Lacerda, Nilton José Arruda de Abreu, José Santana, Nilson de Castro Pinto e Antônio Hamilton de Abreu. Aberta a sessão, o Presidente participou aos presentes que aquela reunião fora convocada para que o Dr. Manoel Calhau Barbosa, auditor do INAMPS junto aos hospitais da cidade, pudesse fazer uma explanação sobre o Sistema Unificado de Saúde - SUS - e explicar o processo de suas auditorias. Em seguida, o Presidente convidou o Dr. Manoel Calhau Barbosa para fazer parte da Mesa e em atenção ao pedido do Vereador José Santana, convidou o Doutor Walter Drummond, que representou a classe médica.

O Presidente determinou que cada vereador poderia fazer duas perguntas ao convidado antes de sua explanação. / Também estavam presentes à reunião médicos representando os hospitais da cidade, enfermeiros, imprensa e outros cidadãos. O Presidente perguntou ao Dr. Manoel por que alguns pacientes eram levados a procurar atendimento médico em outras cidades. O Dr. Manoel respondeu que poderia ser por dois motivos; 1º pelo pagamento irrisório que a instituição faz aos médicos; 2º devido à capacidade do médico, que não pode assumir o que não é da sua competência. Quando a recusa ao atendimento não se basear em um destes dois motivos, deverá ser denunciada por escrito. O Presidente perguntou ainda o valor cobrado pela Associação Médica para cada consulta. O Dr. Manoel respondeu que existe uma tabela de honorários médicos que é usada para convênios entre o hospital e as firmas, empresas, mas, quando não é esse o caso, o médico cobrará o tanto que achar que vale o seu trabalho. O Vereador Jair Costa denunciou o atendimento recebido por algumas pessoas que o procuraram e também o de sua esposa, na Maternidade Dr. Orlando. O Dr. Manoel voltou a frisar que era preciso fazer a denúncia por escrito para que o processo pudesse ser averiguado e julgado pelo órgão competente. O Vereador Antônio Hamilton disse que tinha o mesmo ponto de vista do convidado porque realmente o povo tinha de se conscientizar de seus direitos e aprender a usar as armas de que dispunham. O Vereador Jair Costa ainda perguntou sobre o funcionamento dos plantões dos médicos. O Dr. Manoel esclareceu que o sistema de plantão varia para cada instituição, e deu exemplo do sistema de um hospital. O Vereador José Santana perguntou: 1º) se a auditoria abrange todo o setor de saúde dentro de bases, inclusive o Pronto Socorro; 2º) Por que o Pronto Socorro não

atende o paciente conveniado pela Prefeitura que não é atendido de imediato pelo Hospital do Coração; 3º) Quem determina a função de auditor. 4º) Como é feito a destinação de verbas às instituições. Quando o Dr. Manal respondeu: 1º) A auditoria gerencia todo o setor de barreira, inclusive o Pronto Socorro que é municipalizado. 2º) Se o paciente é conveniado não motivo para o não atendimento a não ser que o hospital não tenha a técnica necessária ao atendimento específico, caso contrário deverá ser denunciado por escrito. Atualmente o problema maior é o número de AIHs que conta cada hospital. 3º) A função de auditor é determinada pela Delegacia Regional de Saúde, em Barginha. 4º) A destinação de verbas às instituições depende do procedimento e não de número de pacientes atendidos. O Vereador Nilton José Arruda perguntou a quem cabe a competência de agir no caso de denúncia referente ao plantão médico. Foi respondido que desde que apresentada a denúncia escrita, com todos os dados, será ela o objeto da averiguação. Serão chamados para serem ouvidos médico e diretoria do hospital. A Delegacia Regional resolverá pela advertência ou pela punição. O Vereador Evandro Castanheira Barcerda perguntou: 1º) se o auditor acredita se realmente há "guerra" entre os hospitais; 2º) Número de leitos nos hospitais; 3º) Quem determina as vagas nos hospitais. O que foi respondido: 1º) Não existe esse "guerra", entre os hospitais, o que acontece é que cada hospital atende dentro do limite de vagas de que dispõe. 2º) Vagas: 155 no Hospital do Coração, 190 no Hospital Vaz Monteiro, 160 na Maternidade Dr. Orlando, 315 na Santa Casa de Misericórdia, 75 no Laércio Pinheiro, 150 no Hospital Paulo Menicucci, perfazendo um total de 1500 vagas distribuídas de acordo com a projeção de número de cotas (AIHs). 3º) Barginha distribui, redistribui, estuda e faz o remanejamento das vagas. O Vereador Eduardo Ioriz Marani não fez pergunta e disse que conseguiu um bom atendimen

to pelos hospitais quando algumas pessoas a ele recorreram. O Vereador Eufrásio Fontes quis saber se não havia um meio de se fazer contato com o órgão competente para reaver o número anterior de AIH para os hospitais da cidade. O Dr. Manoel Calhau respondeu que o número de vagas é decidido em Belo Horizonte. Achava errado reduzir o número de vagas por um índice comum e que a Diretoria Regional de Varginha era capaz de requerer essa mudança. Perguntou ainda o Vereador sobre o funcionamento da policlínica, qual era a opinião de auditor a respeito. Em resposta, disse o Dr. Manoel que a policlínica estava funcionando com atendimentos por médicos do Estado, da Prefeitura e do INSS e o que se podia notar era uma disparidade muito grande, observando os vencimentos dos médicos. Achava que a estrutura estava errada e havia pouca capacidade de resolução e hoje as coisas tem condições de oferecer atendimento médico bem melhor. Depende de vontade política para se conseguir isso. A Vereadora Ana Nogueira Reis agradeceu a presença do candidato e não fez perguntas. O Vereador Daniel Costa apresentou cópia de um recibo no qual a Maternidade Dr. Orlando recebia a quantia de Cr$50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) referente a uma doação feita por paciente. Perguntava o Vereador se era legal aquele procedimento. O Dr. Manoel Calhau não tinha conhecimento do fato. O Diretor da Maternidade explicou que a doação era feita sem nenhuma pressão. Assim como em todo Brasil a instituição passava por momentos difíceis, era de caráter filantrópico e a diretoria tentava manter em ajuda a maternidade. Feitos os esclarecimentos aos senhores edis, o Dr. Manoel explicou o funcionamento do Sistema Unificado de Saúde. Em seguida foi dada a palavra aos diretores de hospitais presentes que de um modo geral se mostraram insatisfeitos com o SUS, dizendo até que ele provocou o "sucateamento dos hospitais".

Se pronunciaram também no sentido de se defenderem das acusações que vinham sido divulgadas pela imprensa com relação a atendimentos feitos e julgados como / mal atendidos. Antes do término da reunião, o Presidente nomeou a Comissão Especial formada pelos Vereadores José Santana, Evandro Castanheira Macedo, Sylvio Fontes e por ele, para seguir até Varginha em busca de um entendimento junto à Regional para que seja aumentado o número de vagas dos hospitais da cidade. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada, em nome de Deus, a reunião.

Ata da Primeira Reunião Ordinária do Quarto Período da Câmara Municipal de Lavras da Sessão Legislativa de mil novecentos e noventa e dois. Aos seis dias do mês de abril do ano em curso, reuniram-se na Sala de Reuniões do Legislativo Lavrense, os vereadores: Ennio Mendes de Siqueira – Presidente, Luiz Augusto de Paula Lima – Vice-Presidente, Álvaro Eustáquio Pedrosa – 1º Secretário, Jair Costa – 2º Secretário, Nilton José Arruda de Abreu, Ana Maria